

Contribuição do projeto Esperança Viva para a formação de docentes e alunos com deficiência

Mauricio Eslabão da Fonseca
UFRN
Mauricio_eslabao@hotmail.com

Raiane Silmara Nascimento da Silva
UFRN
raianesns@outlook.com

Resumo: Hodiernamente, constatamos o avanço do movimento inclusivo dentro da Escola de Música da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (EMUFRN), este movimento emergiu a partir do ingresso do primeiro aluno com deficiência visual no curso de Licenciatura em Música, no ano de 2010. Entretanto, o desenvolvimento e a permanência dos alunos com deficiência depende da capacitação do profissional e dos recursos didáticos adaptados para resultar no sentimento de inclusão deste aluno. Neste relato abordaremos uma reflexão sobre as disciplinas de inclusão ofertadas na EMUFRN, bem como discutiremos as vivências enquanto graduandos em música nos projetos de inclusão desenvolvidos na mesma. A metodologia aplicada tem caráter qualitativo, que se utilizou da pesquisa bibliográfica, documental e observação participativa para subsidiar os aspectos discutidos nesta comunicação. A criação do projeto da extensão da Escola de Música tem desenvolvido um papel de desmistificação de preconceitos sobre as pessoas com NEE, buscando trazê-los para um convívio social com as pessoas “ditas normais”, assim estimulando-os a sair de suas casas e instituições especializadas para buscar novos espaços e tornarem-se cada vez mais independentes.

Palavras chave: Educação Musical. Educação Especial. Formação de professores.

Introdução

Hodiernamente, constatamos o avanço do movimento inclusivo dentro da Escola de Música da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (EMUFRN), trazendo mudanças que almejam cumprir o artigo 3º, inciso IV da Constituição de 1988 que objetiva “Promover o bem a todos, sem preconceitos de origem, raça, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988). Na Escola de Música da Universidade em questão, este movimento emergiu a partir do ingresso do primeiro aluno com deficiência visual no curso de Licenciatura em Música, no ano de 2010.

Como consequência, a Escola buscou adaptar-se desde sua infraestrutura, passando por novas formas de ensino, culminando com a criação de disciplinas na subárea de Educação Especial (Música e Educação Especial, Musicografia Braille I e Musicografia Braille II) e projetos de extensão. Em vista disso, Alves (2012, p. 21) afirma que “Qualquer indivíduo tem a possibilidade de se educar”. Entretanto, o desenvolvimento do aluno com deficiência depende da preparação do profissional e dos recursos didáticos adaptados para resultar no sentimento de inclusão deste aluno.

Neste relato apresentaremos uma reflexão sobre as disciplinas de inclusão ofertadas na Escola de Música da UFRN, bem como discutiremos as vivências enquanto graduandos em música nos projetos de inclusão desenvolvidos na mesma.

A metodologia aplicada tem caráter qualitativo e utilizou-se da pesquisa bibliográfica, documental e observação participativa para subsidiar os aspectos discutidos nesta comunicação.

No primeiro tópico, apresentaremos um breve histórico sobre os projetos de extensão que têm uma relação direta com a inclusão, ou seja, mais vinculados à Educação Musical Especial.

No segundo momento, iremos discorrer a respeito das contribuições do projeto para alunos, professores e monitores e suas respectivas formações docentes.

No terceiro momento abordaremos os desafios no fazer musical para uma educação inclusiva, no qual apresentaremos a carência das disciplinas ofertadas no curso de Licenciatura em Música e as transformações ocasionadas pela criação do projeto de extensão.

Por fim, as vivências musicais em relação à música e educação especial permitiram a descoberta de novos horizontes para nós enquanto alunos da graduação, oportunizando novas descobertas científicas e fortalecendo o movimento da música na educação especial.

Um breve histórico dos surgimentos dos projetos

O primeiro projeto de inclusão na Escola foi o Projeto chamado “Esperança Viva”, inicialmente com o nome “Curso de Flauta Doce para pessoas com Deficiência Visual”, coordenado pela professora Catarina Shin Lima de Souza. A sugestão do nome Esperança Viva foi proposto por um dos alunos que testemunhou no projeto a possibilidade de transformar vidas, trazendo esperança e alegria para todos os envolvidos.

O projeto tem como funções básicas: desenvolver um trabalho especializado no ensino de música para pessoas com deficiência da sociedade, quebrando assim, os paradigmas sobre suas capacidades de fazer musical, possibilitando aos mesmos as ferramentas necessárias para concorrer às vagas dos cursos ofertados da EMUFRN; proporcionar aos alunos da graduação em música experiências e práticas na área da Educação Musical Especial; desenvolver nos alunos valores, capacidades psicomotoras e bem estar, melhorando assim a autoestima e transformando o autoconceito dos alunos; e ampliar a produção científica da área.

O projeto Esperança Viva surgiu na EMUFRN depois da criação do curso de extensão de flauta doce para pessoas com deficiência visual em setembro de 2011, desde então o programa tem se renovado e ampliado a cada ano. Atualmente, o projeto conta com vários grupos que atendem pessoas com as mais variadas deficiências, sendo eles:

O Grupo Esperança Viva, que trabalha com o ensino de musicografia Braille¹, percepção musical, canto coral, flauta doce soprano e aulas de diversos instrumentos (violão, guitarra, contrabaixo elétrico, piano, saxofone, percussão e flauta doce contralto) para os alunos deficientes visuais que manifestam interesse em estudá-los.

O Grupo Som Azul que trabalha na musicalização e ensino de flauta doce para alunos autistas visando seu desenvolvimento humano e cognitivo através da música.

A Musicalização Up foi criado para musicalizar pessoas com Síndrome de Down valorizando sua autoestima, trabalhando a interação social e concentração por meio das práticas musicais.

O Cantando com a LIBRAS é um curso direcionado para a formação dos professores, que aprendem ou aperfeiçoam seus conhecimentos sobre a Língua Brasileira de Sinais através de canções da rotina das escolas (canções de acolhimento, cantigas de roda, canções folclóricas e canções de despedida), proporcionando o uso dessa língua como ferramenta de inclusão nas salas de aula.

Banda Braille Ponto Positivo, a ideia partiu dos alunos durante as aulas de violão, logo os coordenadores e monitores decidiram transformar a ideia em realidade, contribuindo com orientações, aulas de instrumento e apoio para o surgimento do grupo.

E ainda para este semestre temos a perspectiva de iniciar uma turma para musicalização de pessoas surdas e uma orquestra inclusiva de violões.

Nós enquanto professores em formação inicial, consideramos que o projeto proporciona uma nova visão sobre as pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), desta forma, passamos a percebê-los como cidadãos com direitos, que merecem respeito e atenção. Tal visão permite que a sociedade enxergue a capacidade desses indivíduos de serem produtivos como qualquer outro indivíduo dito normal.

¹ Musicografia Braille: Código de música baseado no sistema Braille, sendo este composto por seis pontos, simetricamente distribuídos por duas colunas que definem a notação musical adaptada para deficientes visuais, viabilizando a escrita e leitura de partituras musicais e estudos na área da música.

Contribuição do projeto para alunos, professores e monitores

Poderia ser possível para a sociedade aceitar que existem pessoas com NEE sem que as pessoas os enxerguem e reflitam a respeito da sua existência? Como tornar o processo de ensino aprendizagem acessível para estas pessoas? “Adaptações? Recursos didáticos? Capacitação de professores?” Uma possível solução para esses questionamentos está ligada intrinsecamente ao desenvolvimento de metodologias acessíveis ou adaptadas para alunos com necessidades especiais, visando seu desenvolvimento e permanência nas redes de ensino.

Nesses aspectos, a criação do projeto da extensão da Escola de Música tem desenvolvido um papel de desmistificação de preconceitos sobre as pessoas com NEE, buscando trazê-los para um convívio social com as pessoas “ditas normais” estimulando-os a sair de suas casas e instituições especializadas para buscar novos espaços e tornarem-se cada vez mais autônomos. Diante disso, “É possível estimular a interação social por meio de atividades musicais, e uma [sic] bom relacionamento social possibilita ao indivíduo sair de um possível isolamento” (JOLY, 2003, p.2). Dessa forma, a sociedade vai, aos poucos, desconstruindo a visão de incapacidade desses indivíduos que passam a buscar seus espaços e direitos dentro do corpo social.

O projeto oportuniza aos estudantes/monitores da EMUFRN interessados em adquirir conhecimentos na área de música e educação especial, concomitantemente, desenvolver-se como educadores capacitados para trabalhar com ensino de pessoas com NEE. Simultaneamente, possibilita aos professores já formados um espaço no qual consigam dar continuidade a sua formação.

Podemos destacar como outra contribuição relevante do projeto na vida acadêmica dos alunos em formação inicial a história, ainda em construção, do segundo aluno com deficiência visual do curso de licenciatura em música que ingressou no início do ano de 2014. Sendo ele um aluno que se desenvolveu musicalmente no projeto e então obteve sua aprovação no curso. Hoje ele atua como monitor no projeto e serve como exemplo para outros alunos que buscam trilhar o mesmo caminho no meio acadêmico e da música.

Desafios para a formação de um educador inclusivo

As dificuldades que encontrados nos fazeres pedagógicos musicais para pessoas com necessidades especiais parte da quantidade insuficiente de componentes da estrutura curricular do curso da Licenciatura em Música da EMUFRN, sendo insuficiente para suprir completamente as necessidades de um trabalho pedagógico mais adequado para os docentes em formação inicial da Escola.

Atualmente, o curso oferece apenas três disciplinas obrigatórias, sendo estas Música e Educação Especial, Musicografia braille I, Língua Brasileira de Sinais, optativas apenas Musicografia Braille II, todas com carga horária de 60hs. Entretanto, mesmo com essa carga horária, sentimos falta de disciplinas voltadas para a prática dos conhecimentos teóricos obtidos nas disciplinas acima. Diante disso, Matoan (apud SOUZA, 2010, p.77) afirma:

Ninguém está preparado para qualquer função, muito menos a educacional, sem a experiência prática. Vai-se adquirindo a competência quando trabalha-se com o aluno e vai buscando-se atender a necessidade dele. É preciso que o aluno esteja lá para que se prepare. [...] os profissionais devem ir à luta.

Sendo assim, é importante a revisão dos componentes curriculares do curso, tanto com a ampliação da teoria quanto com a valorização da prática desses conhecimentos, com finalidade de desenvolver um trabalho de qualidade.

Para tentar suprir essa carência das disciplinas que são ofertadas na Escola, temos outras disciplinas disponíveis na universidade que são ofertadas em outros setores como facultativas, onde podemos buscar aprimorar nossos conhecimentos acerca da educação especial.

A exígua quantidade de disciplinas disponíveis e obrigatórias, ainda pode fazer com que poucas pessoas se interessem pelo assunto dentro da universidade, culminando em um estigma, um pré-conceito sobre os projetos de inclusão desenvolvidos na Escola. Tudo isso porque não houve uma preparação, uma qualificação do educando enquanto professor em formação inicial.

Precisamos fomentar reflexões e debates acerca da educação musical inclusiva para que os professores, quando formados, sejam capazes de lidar com os desafios pedagógicos, ampliando as possibilidades de uma educação inclusiva de boa qualidade.

O projeto de extensão possibilita a ampliação do nosso conhecimento na área de Educação Musical Especial, enquanto nos oportuniza estar em um contato prático e direto com várias deficiências, ao mesmo tempo em que trocamos experiências e saberes com alguns professores da graduação e outros colegas de profissão já formados na licenciatura.

Com a inserção do aluno deficiente visual no curso de licenciatura em Música, podemos perceber que os professores da graduação nem sempre estão conscientes ou informados sobre os recursos pedagógicos acessíveis para seu alunado, podendo gerar a exclusão do aluno na sala de aula. Acreditamos que é de grande importância a formação continuada dos professores universitários, para assegurar que “as pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino superior em geral, [...] sem discriminação e em igualdade de condições. Para tanto, os Estados Partes assegurarão a provisão de adaptações razoáveis para pessoas com deficiência” (BRASIL, 2012, p.51).

Por meio dessa formação acreditamos que o processo de inclusão ocorrerá e promoverá grandes mudanças no ensino de nossas universidades. Entretanto, isso não é o suficiente, consideramos ainda:

Tais ações devem incitar a elaboração de políticas públicas de respeito às diferenças e especificidades do alunado, bem como ser capaz de programas de formação docente em nível inicial e continuada que torne aptos os docentes a ações educativas menos segregadoras e preconceituosas e mais respeitosas e inclusivas. Eis um desafio que se impõe à atual universidade brasileira. (CARDOSO; MAGALHÃES, 2009, p.6-7).

As transformações devem gerar com o passar do tempo, a verdadeira inclusão desses indivíduos que passarão a ter consciência de seus direitos e capacidades, podendo então encarar em pé de igualdade os desafios da vida em sociedade.

Conclusão

A partir das nossas experiências, articuladas aos textos e documentos pesquisados, os projetos de extensão vêm enfatizar e fortalecer o movimento da música na educação especial, ampliando alguns aspectos para os alunos de graduação – como elementos pedagógico-musicais, abertura de visão de mundo em relação à música e educação especial e novos horizontes para novas descobertas científicas (pesquisas) – de modo, a também, refletir novos vieses de pesquisas e aumento da produção científica na perspectiva da educação musical especial, nos revelando algo de excelência para a Educação Musical enquanto campo de investigação científica.

Referências

ALVES, Fátima. *Inclusão: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio*. 5. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso: 29/07/2016.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo facultativo à convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência*, 2012.

CARDOSO, Ana Paula Lima Barbosa; MAGALHÃES, Rita de Cássia B. P. *Inclusão no Ensino Superior: caminhos propostos por uma professora e seu aluno cego*. In: ENCONTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO, 9, 2009, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza. 2009.

JOLY, Ilza Zenker Leme. *Música e educação especial: uma possibilidade concreta para promover o desenvolvimento de indivíduos*. *Revista do Centro de Educação*, Santa Maria (RS), v. 28, n. 2, p. 79-86, 2003.

SOUZA, Catarina Shin Lima de. *Música e Inclusão: necessidades educacionais especiais ou necessidades profissionais especiais?* 2010. 157f. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade Federal da Bahia, 2010.

TOMÉ, Dolores.. *Introdução à musicografia braille*. 1. ed. São Paulo - SP - Brasil: Editora Global, 2003. v. 1. 112p .